tuições da sociedade (p. 20). O que amalgama essas ações é a busca de uma identidade coletiva, pela construção de significado com base em um atributo cultural ou em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado. Reconhecendo que a construção social da identidade coletiva ocorre sempre em contextos marcados por relações de poder, Castells propõe a distinção entre três formas e origens de construção de identidades:

·*Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade visando expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

·*Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;

·*Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Para Castells, cada tipo de processo de construção de identidade leva a resultados distintos para a constituição da sociedade. A identidade legitimadora dá origem à sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições que, em última análise, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. A identidade de resistência leva à formação de comunas ou comunidades que, em casos extremos de incomunicabilidade recíproca entre essas identidades excluídas/excludentes, pode levar à fragmentação ou tribalização das sociedades nacionais. A identidade de projetos produz sujeitos, conforme a definição de Alain Touraine:

Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual. A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades, e a dos indivíduos contra o mercado.

A questão que se coloca é: com o surgimento da sociedade em rede, como se dão os processos de construção da identidade, indutores de novas formas de transformação social. Para Castells, as sociedades civis são desarticuladas, e a busca pelo significado ocorre no âmbito da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comunais. Quanto à identidade de projetos, a hipótese de Castells é que a constituição de sujeitos toma um rumo diverso do conhecido durante a modernidade, na medida em que não são mais formados com base em sociedades civis, que se encontram em desintegração, mas sim como um prolongamento da existência comunal. Daí resulta a afirmação de que *a análise dos processos, condições e resultados da transformação da resistência comunal em sujeitos transformacionais é o terreno ideal para o desenvolvimento de uma teoria de transformação social na era da informação* (p. 28). A comprovação dessa hipótese é o propósito de Castells no decorrer da obra, através da análise de uma série de processos de construção de identidades coletivas de resistência comunal nas sociedades contemporâneas, desde o fundamentalismo religioso, o nacionalismo, a identidade étnica e a identidade territorial. Segundo Castells, *para os atores sociais excluídos ou que tenham oferecido resistência à individualização da identidade relacionada à vida nas redes globais de riqueza e poder, as comunas culturais de cunho religioso, nacional ou territorial parecem ser a principal alternativa para a construção de significados em nossa sociedade* (p. 84).

Fundamentalismo religioso, nacionalismo cultural e comunas territoriais são formas de reação defensiva contra três ameaças fundamentais: a globalização econômica, a formação de redes flexíveis nas relações de produção e a crise da família patriarcal. Nada garante, no entanto, que essas identidades de resistência possam dar origem a novos sujeitos com identidade de projeto, e a questão de como e por que os novos sujeitos podem surgir a partir das comunas culturais e reativas é uma das questões que Castells procura responder no decorrer da obra.

Entre os movimentos sociais contra a nova ordem global, encontram-se identidades coletivas tão díspares quanto o movimento zapatista no México, as milícias nacionalistas e racistas nos Estados Unidos e a seita japonesa Verdade Suprema. O que dá unidade a todas essas manifestações identitárias é um adversário comum: o capitalismo global. Também a utilização de armas constitui elemento essencial nos três movimentos, não como objetivo, mas como sinal de liberdade e recurso que provoca acontecimentos, chamando a atenção da mídia. Para Castells, as novas tecnologias de comunicação são fundamentais à existência desses movimentos, cumprindo o papel de infra-estrutura organizacional.

Apesar deste pontos comuns, há uma profunda diferença entre o projeto político articulado dos zapatistas na luta por dignidade, democracia e terras para a população indígena, a confusão e paranóia das milícias xenófobas e a lógica apocalíptica da Verdade Suprema. Neste sentido, os contextos sociais, culturas, processos históricos e graus de conscientização política específicos são determinantes de diferenças significativas nos processos de insurreição, ainda que tenham uma causa semelhante.

Seja como for, movimentos como esses vêm minando o sonho neoliberal de instauração de uma economia global independente da sociedade,

por meio de fluxos informacionais. No entanto, a transformação dessa rejeição em novas formas de controle social sobre as novas formas do capitalismo, globalizado e informatizado, requer, na opinião de Castells, a assimilação das reivindicações dos movimentos sociais pelo sistema político e pelas instituições estatais, e a competência ou incompetência do Estado para lidar com essas lógicas conflitantes será responsável pelos moldes do futuro da sociedade no século XXI.

Antes de ingressar na análise da dinâmica do Estado nesse novo contexto, Castells ainda vai discorrer sobre dois outros tipos de movimento social que, ao invés de reativos, denomina pró-ativos: o ambientalismo e o feminismo. Quanto ao primeiro, Castells vai traçar a sua trajetória histórica, construindo uma tipologia dos movimentos ambientalistas em torno de cinco tipos principais. O discurso ambientalista é sintetizado em torno de três temas principais: a relação estreita e ambígua com a ciência e a tecnologia; a luta pela redefinição histórica do espaço enquanto expressão fundamental e material da sociedade; o projeto de uma temporalidade nova e revolucionária. Para Castells, *por meio dessas lutas fundamentais sobre a apropriação da ciência, do espaço e do tempo, os ecologistas inspiram a criação de uma nova identidade, uma identidade biológica, uma cultura da espécie humana como componente da natureza* (p. 159). Neste sentido, o movimento ambientalista suplanta a oposição entre a cultura da virtualidade real dos fluxos globais de riqueza e poder e as manifestações de identidades culturais ou religiosas fundamentalistas, pela proposição de uma nova identidade global, independentemente de seus vínculos sociais históricos ou de gênero, ou de seu credo religioso.

Quanto ao movimento feminista, Castells associa sua pujança aos processos de transformação do trabalho feminino e de conscientização da

mulher, levando ao solapamento das bases da família patriarcal. A hipótese de Castells é de que o sucesso recente da luta feminista se deve à combinação de quatro elementos: a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação; as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, que proporcionaram o controle sobre a gravidez e a reprodução humana; o avanço da crítica cultural ao poder patriarcal, fruto dos movimentos sociais da década de 60 e a rápida difusão dos desafios ao patriarcalismo em uma cultura globalizada, chegando até ao questionamento da heterossexualidade como norma. Apresentando dados bastante significativos em todas essas dimensões da análise, Castells não dá por vencida a luta contra o patriarcalismo, dando como exemplo as manifestações de intolerância contra os homossexuais e de reação fundamentalista em várias partes do mundo. Mas reconhece que a própria intensidade das reações é sinal dos desafios antipatriarcais, levando à perda de legitimidade desta forma de dominação nas mentes das pessoas, e abrindo cada vez mais a possibilidade de institucionalização dos novos valores.

Chega-se então a um momento crucial na análise proposta por Castells: o esvaziamento, em termos de poder e influência, dos Estados-Nação, colocado entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidades singulares. Castells parte da convicção de que a *capacidade instrumental do Estado-Nação está comprometida de forma decisiva pela globalização das principais atividades econômicas, pela globalização da mídia e da comunicação eletrônica e pela globalização do crime* (p. 288). Esta hipótese é fundamentada em dados sobre a drástica redução do grau de autonomia do Estado para a definição da política econômica e pela avaliação estatística da nova crise fiscal do Estado na economia global, levando à

dependência crescente dos governos em relação aos mercados de capital globais. Por outro lado, a globalização da produção e do investimento também corrói as políticas de bem estar social sustentadas pelo Estado, já que se torna cada vez mais contraditória a idéia de que empresas possam atuar em mercados globalizados e integrados, tendo de arcar com grandes diferenças de custo em termos de benefícios sociais, bem como trabalhar com diferentes níveis de regulamentação que variam de país para país. Para Castells, somente um contrato social global que diminua as diferenças das condições sociais e de trabalho, juntamente com acordos internacionais de tarifação, seria capaz de impedir a derrocada dos maiores estados de bem-estar social.

Quanto às mídias globais e à comunicação eletrônica, inviabilizam a regulamentação e o controle nacionais mesmo nos Estados mais autoritários, levando à perda de um dos principais sustentáculos do poder do Estado e a um processo inexorável de desnacionalização e desestatização da informação.

Quanto à criminalidade global organizada, descrita em pormenores no volume três, Castells analisa o seu impacto na estrutura dos Estados nacionais, em três aspectos: em muitos casos, toda a estrutura do Estado está entremeada de vínculos criminosos, pela corrupção, ameaças ou financiamento ilegal da política; em vários países, as relações internacionais passaram a ser condicionadas, em diversos níveis, pelo sucesso ou insucesso da cooperação na luta contra a economia do crime; por fim, a importância crescente dos fluxos de capital de origem criminosa torna-se um meio fundamental de estímulo ou desestabilização da economia de países inteiros.

A conclusão de Castells é de que estamos testemunhando um processo irreversível de soberania compartilhada na abordagem das principais

questões de ordem econômica, ambiental e de segurança, cujo resultado não é o fortalecimento e sim a erosão sistêmica do poder dos Estados nacionais, em troca de uma maior durabilidade. A crescente diversificação e fragmentação de interesses sociais no interior dos Estados nacionais, ao lado de uma incapacidade cada vez mais acentuada de o Estado atender simultaneamente a esta ampla gama de exigências, levam ao que Habermas denomina "crise de legitimação" e levam os Estados nacionais a descentralizar parte de seu poder em favor de instituições políticas locais e regionais, processo cujas evidências podem ser encontradas em todo o mundo nos anos 90. A análise de Castells é sustentada por dois estudos de caso da evolução política nos últimos anos: os estertores do modelo estatal mexicano, construído em torno do Partido Revolucionário Institucional, e a perda gradativa de legitimidade do governo federal nos E.U.A.

Do ponto de vista da causalidade e dos rumos desse processo, Castells vê o desenvolvimento tecnológico como potencializador de tendências já enraizadas na estrutura e instituições sociais, de forma que sociedades autoritárias podem aumentar seu poder de repressão por meio de novos mecanismos de vigilância, ao passo que sociedades democráticas participativas podem ampliar ainda mais seu grau de abertura e participação distribuindo mais poder político por meio de recursos tecnológicos. O impacto direto das novas tecnologias da informação sobre o poder e o Estado consiste, portanto, em uma questão empírica. No entanto Castells reconhece o surgimento de uma tendência mais profunda: a difusão da capacidade de vigilância e do potencial de violência externa às instituições do Estado, e além das fronteiras nacionais, levando à necessária atualização das teorias de Weber e Foucault sobre o controle dos meios de violência e de vigilância e a uma situação em que o Estado passa a ser mais vigiado do que

vigilante. De fato, o novo sistema de poder é caracterizado pela pluralidade das fontes de autoridade e de poder, sendo o Estado-Nação apenas uma dessas fontes.

Como conclusão, Castells sustenta que o futuro dos Estados nacionais passa pela sua transformação de sujeitos soberanos em atores estratégicos, na defesa de seus interesses e dos interesses que representam em um sistema global de interação, dentro de uma soberania sistemicamente compartilhada. O problema é que, para atuar estrategicamente na arena internacional, estão muitas vezes sujeitos a um enorme desgaste interno, já que, para estimular a produtividade e a competitividade de suas economias, precisam estabelecer uma estreita aliança com os interesses econômicos internacionais e obedecer a regras globais que favoreçam os fluxos de capital. Assim, quanto mais os Estados enfatizam o comunalismo tanto menor é sua eficácia no sistema global de poder compartilhado e quanto mais triunfam no cenário internacional, em parceria direta com os agentes da globalização, menos representam suas bases políticas nacionais.

Sem apresentar uma resposta acabada para essa contradição, o cenário descrito por Castells é bastante plausível para quem busca compreender as mudanças do mundo contemporâneo. A pista apresentada ao final desse volume, e que será desenvolvida na última parte do trabalho, *Fim de Milênio - Tempo de Mudança*, é no sentido de que os sujeitos potenciais da era da informação precisam atuar como mobilizadores de símbolos. Essa mobilização pode ocorrer através de personalidades simbólicas, à semelhança das lideranças carismáticas weberianas, como no caso do subcomandante Marcos (Movimento Zapatista), ou de Choco Asahara (Verdade Suprema). Ou através de formas de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos so-

ciais, articuladas em uma verdadeira rede de mudança social. Para Castells, *são nesses recônditos da sociedade, seja em redes eletrônicas alternativas, seja em redes populares de resistência comunitária, que tenho notado a presença dos embriões de uma nova sociedade, germinados nos campos da história pelo poder da identidade* (p. 427).